



Plenário aprova três novos ministros do STJ

O plenário aprovou ontem os nomes de três novos ministros do Superior Tribunal de Justiça (STJ): Jorge Tadeo Flaquer Scartezzinni, Eliana Calmon Alves e Francisco Cândido de Melo Falcão Neto. Os três indicados são, atualmente, juízes dos tribunais regionais federais de São Paulo, Brasília e Pernambuco. Durante o encaminhamento da votação do nome de Eliana Calmon Alves, onze senadores destacaram o fato de que ela será a primeira mulher a integrar um tribunal superior como ministra.

PÁGINA 3

Onze dos senadores presentes em plenário lembraram que a votação levará a primeira mulher a um tribunal superior

Andrade Vieira fala à CPI sobre venda do Bamerindus

Comissão quer saber por que sistema financeiro ainda demonstra fragilidade, após ter recebido R\$ 20,3 bilhões

A operação que culminou com a venda do Bamerindus ao grupo HSBC será explicada hoje pelo ex-proprietário do banco, José Eduardo Andrade Vieira, à CPI do Sistema Financeiro. O depoimento, previsto para as 17 horas, vai marcar o início da se-

gunda etapa de trabalho da comissão, quando os senadores pretendem investigar por que o sistema financeiro do país ainda apresenta sinais de fragilidade, apesar dos R\$ 20,3 bilhões investidos pelo governo no fortalecimento dos bancos.

PÁGINA 4

Alteração genética de sementes gera polêmica

O Senado começou a debater ontem as perspectivas abertas pela clonagem e pelos produtos transgênicos. O autor do requerimento para a realização do seminário, senador Leomar Quintanilha, destacou os "avanços notáveis" alcançados na área de biotecnologia. Mas o primeiro dia de debates foi marcado pela polêmica em torno da necessidade ou não de se aprofundar o estudo sobre o impacto da utilização de sementes geneticamente modificadas. PÁGINA 8



O vice-presidente Marco Maciel participou da abertura do seminário "Clonagem e Transgênicos", no Auditório Petrônio Portella

CPI DO JUDICIÁRIO

Relator pede à PF que colha depoimentos

PÁGINA 5

ACM diz que FHC não deve ceder ao PMDB

Todos os cargos importantes do governo são tradicionalmente ocupados por indicações do presidente da República, lembra o senador. Inclusive o de diretor da Polícia Federal

O presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães, disse ontem que o presidente da República não deve ceder às pressões do PMDB a respeito da direção da Polícia Federal, porque se trata de cargo que tem sido preenchido por pessoa da confiança do chefe da nação.

– Todos os cargos de ministro, e os cargos de importância, sobretudo

a Polícia Federal, tradicionalmente são indicados pelo presidente da República, com pessoas de sua confiança, e, neste caso, não cabe dúvida: só ao presidente cabe indicar, e ele sequer deve consultar qualquer pessoa – afirmou.

Segundo Antonio Carlos, “é importante o PMDB participar da aliança, entretanto, mais importante do que o PMDB, o PFL ou o PSDB é a autoridade do presidente da República”. Ele não acredita, porém, que o episódio leve ao rompimento da aliança do PMDB com o governo.

– Não diria que é caso para rompi-



Antonio Carlos previu que problema vai servir para consolidar a aliança

mento, mas, certamente, é caso para o presidente fazer o diretor-geral da Polícia Federal, sem dar nenhuma satisfação ao PMDB – enfatizou.

O senador salientou que não existem no governo áreas privativas de um partido:

– Avaliem se o PFL, que tem o Ministério da Previdência e o de Minas e Energia, quisesse nomear todos os diretores e presidentes da Petrobras e empresas do setor, como Eletronorte, Eletrosul, Itaipu, Chesf etc. Seriam ministérios poderosíssimos. Mas não existe essa verticalização no governo. E, mesmo que existisse, cargos como a Polícia Federal não poderiam fazer parte dela, por serem da confiança pessoal do presidente da República – argumentou.

Antonio Carlos ressaltou que o relacionamento com o líder do PMDB no Senado, Jader Barbalho, tem sido de “convivência perfeita”, e, com o colega deste na Câmara, Geddel Vieira Lima,

“não tanto”, embora satisfatório, e sinalizou a possibilidade de uma revisão de posicionamentos:

– O senador Jader Barbalho é sempre arguto e sempre tem ajudado o governo, mas, neste momento, não fez uma boa colocação. Acho mesmo que errou. Mas ele é tão competente que pode modificar a situação, fazendo desaparecer este erro – observou.

O presidente do Senado aposta que a situação será superada:

– Esse problema vai servir para consolidar a aliança. É melhor ter uma aliança em que se pode contar com todos do que uma aliança fragmentada, em que cada coisa tenha que ser negociada. Acho melhor até ser minoria do que ter uma maioria pouco confiável – concluiu.

Jader afirma que assunto é do ministro

O presidente nacional do PMDB e líder do partido no Senado, Jader Barbalho (PA), afirmou ontem, em entrevista à imprensa, que não aceita interferência “de outro ministro ou de outro partido da base governista em assuntos que são da competência exclusiva do ministro da Justiça, Renan Calheiros, e do presidente Fernando Henrique Cardoso”.

Jader Barbalho voltou a criticar o ministro-chefe do Gabinete Militar, general Alberto Cardoso, que teria vetado o nome de Vantuir



Jader Barbalho

Jacini, indicado por Renan Calheiros para a diretoria geral do Departamento de Polícia Federal, conforme notícias publicadas pela imprensa.

– O PMDB não tem interesse na direção da Polícia Federal e eu nem conheço o senhor Vantuir Jacini. O que não pode acontecer é ministro de outra área tentar indicar nomes para cargos em outros ministérios – acrescentou o líder peemedebista. Jader Barbalho insistiu que está apenas defendendo a autoridade do ministro da Justiça, ligado ao seu partido.

Rocha critica proposta que reduz bancadas do Norte

Proposta do senador Álvaro Dias (PSDB-PR) prevendo a redução das bancadas na Câmara dos Deputados foi criticada ontem pelo senador Sebastião Rocha (PDT-AP), em discurso no plenário. Segundo Rocha, as três emendas constitucionais e o projeto de lei complementar de Álvaro Dias vão implicar diminuição das bancadas dos estados do Norte, do Nordeste e até do Centro-Oeste. “Esta é uma proposta virulenta e, portanto, a reação tem de ter igual valor e força”, disse Rocha.

Para o senador do Amapá, a bancada mínima de oito parlamentares por estado foi estabelecida pela Constituição de 1988 justamente para evitar que os estados com menor população ou menos desenvolvidos fossem vítimas do poder econômico e político dos estados mais fortes. Esse número de parlamentares garante, no entender de Rocha, que os estados do Norte e Nordeste consigam garantir volume de recursos indispensáveis

à sobrevivência daquelas regiões.

O suposto exagero do número de deputados dos estados menos populosos não é o que atrai a solução para os problemas do país ou desacredita a atuação do Congresso Nacional, de acordo com Rocha. “Há muitas outras mazelas, como deputados pianistas e problemas na Comissão de Orçamento.”

Álvaro Dias apartou Rocha para afirmar que havia um equívoco quanto ao que dissera. “O que quis afirmar é que os parlamentares trabalhadores, dedicados e inteligentes não tinham por que temer a derrota eleitoral”, afirmou Álvaro. “Meu objetivo é recuperar a credibilidade do Congresso e valorizar o Poder Legislativo por meio da representação proporcional.”

Também apartaram o discurso de Rocha os senadores Mozarildo Cavalcanti (PFL-RR), Gilberto Mestrinho (PMDB-AM) e Romero Jucá (PSDB-RR), que repudiaram as iniciativas destinadas a reduzir as bancadas do Norte e Nordeste.

Maguito cobra manutenção de estradas federais em Goiás

Frente à ocorrência de 12 mortes nos três últimos finais de semana, com dezenas de feridos ainda em estado grave, o senador Maguito Vilela (PMDB-GO) reiterou ontem que já não tem “o que falar ao povo do sudoeste goiano” sobre o péssimo estado de conservação das estradas federais em Goiás, particularmente nos trechos entre Acreúna e Santa Rita do Araguaia.

– Que governo é esse que é incapaz de jogar recursos do Ministério dos Transportes para tapar buracos, recapar e sinalizar estradas? – criticou.

Maguito disse que, em busca de solução para o problema, tem procurado com frequência o ministro dos Transportes, Eliseu Padilha, mas “ele sempre alega falta de recursos”. Para o senador, no entanto, a frequência e aumento do número de mortes indicam “falta de sensibilidade do governo, pois são vidas e mais



Maguito lamentou não ter “mais o que falar” à população de Goiás

vidas sendo ceifadas”.

Enquanto as rodovias federais estão intransitáveis, o Departamento Nacional de Estradas de Rodagem (DNER) “gasta fabulosas” na manutenção de suas inúmeras sedes, comparou o senador.

AGENDA

QUARTA-FEIRA, 9 DE JUNHO DE 1999

Antonio Carlos Magalhães
Presidente

15h30 - Preside sessão deliberativa ordinária
18h - Participa do lançamento do livro *Discursos do Senador Afonso Ainos. Café dos Senadores*

PLENÁRIO

14h30 - Sessão deliberativa ordinária
Pauta: Votação, em segundo turno, da “PEC nº 21/97, que altera, entre outros dispositivos, o art. 192, que trata do sistema financeiro nacional; “PDL nº 7/99, que aprova o texto do Acordo de Cooperação na Área de Turismo, entre Brasil e Jamaica; “PDL nº 8/99, que aprova o texto do Acordo sobre Cooperação Cultural e Educacional, entre Brasil e Jamaica; “PLC nº 9/99, que dispõe sobre as normas gerais para perda de cargo público por excesso de despesa; “Parecer nº 304/99, que submete à deliberação do Senado o nome de Paulo Benjamin Fragoso Gallotti para exercer o cargo de ministro do Superior Tribunal de Justiça, na vaga decorrente da aposentadoria do ministro Romildo Bueno de Souza; e “Parecer nº 317/99, que submete à deliberação do Senado o nome de Mécio Felsky, para exercer o cargo de conselheiro do Conselho Administrativo de Defesa Econômica - CADE, do Ministério da Justiça, com mandato de dois anos.

COMISSÕES

10h30 - Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania
Pauta: “PLS nº 124/99, que estabelece normas de acesso ao Sistema de Administração Financeira (Siafi) e a outros sistemas de informações de órgãos públicos; “PLS nº 187/99, que modifica a Lei nº 9.096/95, com a finalidade de ampliar o prazo de filiação partidária; “PR nº 39/99, que convalida os atos praticados com base nas autorizações concedidas pelas resoluções nºs 44/98 e 45/98, do Senado Federal, e fixa critérios para a renovação das obrigações financeiras vinculadas; “PEC nº 10/99, que dá nova redação ao parágrafo 5º do art. 14 da Constituição Federal, suprimindo a reeleição para prefeitos e prevendo a desincompatibilização nos outros casos; “PLS nº 57/99, sobre a escolha dos locais de votação de mais fácil acesso para o eleitor deficiente físico; “PLC nº 107/96, que altera a Lei nº 8.935/94, dispoendo sobre serviços notariais e de registro; “PLC nº 22/99, que estabelece normas para a organização e a manutenção de programas especiais de proteção a vítimas e a testemunhas ameaçadas; “PLS nº 10/99, sobre a destinação da taxa judiciária; “PLC nº 52/97, sobre a gestão democrática do ensino público; e “PR nº 13/99, que dá nova redação aos arts. 337 e 341 do Regimento Interno do Senado Federal. *Ala Senador Alexandre Costa - Sala 3*

14h30 - Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização
Pauta: Apresentação, discussão e votação dos relatórios apresentados às seguintes matérias: “Projeto de Lei nº 001/99-CN; “Mensagem nº 312/99-CN, PDL referente à BR - 174/RR - divisa AM/RR - Marco BV-8; “Mensagem nº 312/99 - CN, PDL referente ao Metrô de Belo Horizonte; e “Requerimento nº 002/99, do Deputado Giovanni Queiroz, solicitando que a Subcomissão Temporária encarregada de examinar a aprovação de recursos para o TRT de São Paulo analise também a aprovação de recursos para o TRT de Rondônia. *Plenário 2, Anexo II - Câmara dos Deputados 17h - CPI do Sistema Financeiro*
Pauta: José Eduardo Andrade Vieira, ex-presidente do Bamerindus. *Ala Senador Alexandre Costa - sala 3*

17h - CPI do Judiciário
Pauta: João Bosco Sá Valente - Procurador de Justiça do estado do AM. *Ala Senador Nilo Coelho - Sala 2*
Comissão de Assuntos Econômicos e Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania
Reunião conjunta após a Ordem do Dia do Senado
Pauta: “Projeto de Resolução nº 06/99, que altera o artigo 12 da Resolução nº 78/98, do Senado, que dispõe sobre as operações de crédito interno e externo dos estados, do Distrito Federal, dos municípios e de suas respectivas autarquias e fundações, inclusive concessão de garantias, seus limites e condições de autorização. *Ala Senador Alexandre Costa - sala 19*

JORNAL DO SENADO www.senado.gov.br - E-mail: jornal@senado.gov.br - tel.: 0800 612211 - fax: (061) 311 3137

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Antonio Carlos Magalhães

1º Vice-Presidente: Geraldo Melo

2º Vice-Presidente: Ademir Andrade

1º Secretário: Ronaldo Cunha Lima

2º Secretário: Carlos Patrocínio

3º Secretário: Nabor Júnior

4º Secretário: Casildo Maldaner

Suplentes de Secretário: Eduardo Suplicy - Lúdio Coelho
Jonas Pinheiro - Marluce Pinto

Diretor-Geral do Senado: Agaciel da Silva Maia

Secretário-Geral da Mesa: Raimundo Carreiro Silva

Diretor da Sec. de Comunicação Social: Fernando Cesar Mesquita (061) 311-3211

Diretor de Divulgação e Integração: Helival Rios (061) 311-1070

Diretor do Jornal do Senado: Flávio de Mattos (061) 311-3336

Diretor da Agência Senado: José do Carmo Andrade (061) 311-3327

Editor-Chefe: Djalba Lima

Editores: Marcos Magalhães, Sylvio Guedes, João Carlos Ferreira da Silva e Sylvio Costa

Diagramação: Sergio Luiz, Wesley Bezerra de Carvalho e Osmar Miranda

Revisão: Lindolfo Amaral, Maria das Graças Aureliano e Miqueas Dantas de Moraes

Fotos: Célio Azevedo, Márcia Kalume, Adão Nascimento, Roosevelt Pinheiro, Waldemir Rodrigues, José Cruz e Jane Araújo

Arte: Cirilo Quartim

O noticiário do Jornal do Senado é produzido pela equipe de jornalistas da Subsecretaria Agência Senado

Endereço: Praça dos Três Poderes
Ed. Anexo I do Senado Federal,
20º andar
Brasília - DF - 70165-920

Impresso pela
Secretaria Especial
de Editoração e
Publicações

Plenário aprecia hoje regras para demissão de servidores

O plenário do Senado discute hoje, em turno único, projeto de lei da Câmara que define critérios para a demissão de servidores públicos por excesso de despesa. O parecer do relator, senador Francellino Pereira (PFL-MG), aprovado na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), foi pela rejeição das emendas apresentadas em plenário. A matéria não foi apreciada ontem devido a uma pane no painel eletrônico.

De acordo com o projeto, que regulamenta a reforma administrativa, a dispensa de servidores deve ser impessoal, atendendo aos critérios de menor tempo de serviço público, maior remuneração e menor idade, podendo, para efeito de desempate, ser considerado o menor número de dependentes.

Também hoje, os senadores vão decidir sobre a indicação de Paulo Benjamin Fragoso Gallotti, desembargador do Tribunal de Justiça de Santa Catarina, para o cargo de ministro do Superior Tribunal de Justiça. O plenário ainda decidirá sobre a indicação de Mércio Felsky para o

cargo de conselheiro do Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade).

Outra matéria que aguarda deliberação é a proposta de emenda constitucional que retira da Constituição o limite de 12% para as taxas de juros e abre caminho para a regulamentação dos diferentes segmentos do sistema financeiro nacional mediante leis complementares específicas.

CAE e CCJ fazem reunião conjunta

As comissões de Assuntos Econômicos (CAE) e de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) se reúnem hoje, após a Ordem do Dia, para examinar o projeto de resolução do senador José Agripino (PFL-RN) que altera o artigo 12 da Resolução 78/98. A proposta permite a negociação de títulos emitidos para pagar precatórios que tiveram sua negociação suspensa por decisão da CPI que investigou irregularidades praticadas com esses papéis.



RESULTADO DA ORDEM DO DIA

TERÇA-FEIRA, 8 DE JUNHO DE 1999

1

Projeto de Lei da Câmara nº 9, de 1999 (nº 4.812/98, na Casa de origem). Dispõe sobre as normas gerais para perda de cargo público por excesso de despesa e dá outras providências.
Resultado: Apreciação adiada para a sessão deliberativa ordinária de hoje.

2

Mensagem nº 116, de 1999 - Presidente da República. Submete à deliberação do Senado a escolha de Jorge Tadeo Flaquer Scartezzini, juiz do Tribunal Regional Federal da 3ª Região, para exercer o cargo de ministro do Superior Tribunal de Justiça, na vaga decorrente da aposentadoria do ministro Cid Flaquer Scartezzini.
Resultado: Aprovado. Votaram: Sim: 62. Não: 3. Abstenção: 3. Total: 68. Será feita comunicação ao presidente da República.

3

Mensagem nº 117, de 1999 - Presidente da República. Submete à deliberação do Senado a escolha de Eliana Calmon Alves, juíza do Tribunal Regional Federal da 1ª Região, para exercer o cargo de ministra do Superior Tribunal de Justiça, na vaga decorrente da aposentadoria do ministro Adhemar Ferreira Maciel.
Resultado: Aprovado. Votaram: Sim: 65. Não: 7. Abstenção: 1. Total: 73. Será feita comunicação ao presidente da República.

4

Mensagem nº 118, de 1999 - Presidente da República. Submete à deliberação do Senado o nome de Francisco Cândido de Melo Falcão Neto, juiz do Tribunal Regional Federal da 5ª Região, para exercer o cargo de ministro do Superior Tribunal de Justiça, na vaga decorrente da aposentadoria do ministro José Anselmo de Figueiredo Santiago.
Resultado: Aprovado. Votaram: Sim: 59. Não: 13. Abstenção: 1. Total: 73. Será feita comunicação ao presidente da República.

5

Mensagem nº 122, de 1999 - Presidente da República. Submete à deliberação do Senado o nome de Paulo Benjamin Fragoso Gallotti, desembargador do Tribunal de Justiça do Estado de Santa Catarina, para exercer o cargo de ministro do Superior Tribunal de Justiça, na vaga decorrente da aposentadoria do ministro Romildo Bueno de Souza.
Apreciação adiada para a sessão deliberativa ordinária de hoje.

6

Mensagem nº 120, de 1999 - Presidente da República. Submete à deliberação do Senado o nome de Mércio Felsky para exercer o cargo de conselheiro do Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade), do Ministério da Justiça, com mandato de dois anos.
Apreciação adiada para a sessão deliberativa ordinária de amanhã.

— Lido e aprovado requerimento solicitando urgência para o Projeto de Resolução nº 62, de 1999 (OFS 16/99), que autoriza a União e o estado do Piauí, com a intervenção do Banco do Estado do Piauí S.A., da Caixa Econômica Federal e do Banco Central do Brasil, a realizarem operação de crédito no âmbito do Programa de Incentivo à Redução do Setor Público Estadual na Atividade Bancária.
A matéria a que se refere figurará na Ordem do Dia da sessão deliberativa ordinária da próxima quinta-feira.

— Lido e aprovado requerimento solicitando urgência para o Projeto de Lei do Senado nº 63, de 1999 (OFS 20/99), que autoriza a prefeitura municipal de Itajubá a contratar operação de crédito com o Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais S/A (BDMG), no valor de um milhão, oitocentos e sessenta e cinco mil reais, destinando-se os recursos às obras de infra-estrutura urbana do município.
A matéria a que se refere figurará na Ordem do Dia da sessão deliberativa ordinária da próxima quinta-feira.

Fonte: Secretaria Geral da Mesa

Senado aprova indicação de três ministros para o STJ

Entre os nomes aceitos pelo plenário está o da primeira mulher a integrar um tribunal superior como ministra

O plenário do Senado aprovou ontem as indicações presidenciais dos nomes de Jorge Tadeo Flaquer Scartezzini, Eliana Calmon Alves e Francisco Cândido de Melo Falcão Neto para exercerem o cargo de ministro do Superior Tribunal de Justiça (STJ). Os indicados são, atualmente, juizes dos tribunais regionais federais de São Paulo, Brasília e Pernambuco, respectivamente.

Uma pane no painel eletrônico do plenário durante a votação do terceiro nome indicado levou ao adiamento, para a sessão de hoje, de outras deliberações previstas para ontem: o projeto de lei da Câmara que define normas para a demissão de servidores públicos por excesso de despesa; a indicação do desembargador Paulo Benjamin Fragoso Gallotti para exercer o cargo de ministro do STJ; e a indicação de Mércio Felsky para o cargo de conselheiro do Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade), do Ministério da Justiça.

Onze senadores manifestaram-se no encaminhamento da votação do nome de Eliana Calmon Alves, destacando o

fato de que ela, com notório saber jurídico e reputação ilibada, será a primeira mulher a integrar um tribunal superior como ministra.

Apenas o senador Tião Viana (PT-AC) declarou seu voto contrário à indicação, por não concordar com a opinião da juíza acerca da excessiva juventude e falta de experiência que caracterizaria o perfil dos procuradores concursados para o Ministério Público. Conforme registrou o relator do parecer favorável ao nome de Eliana Calmon Alves, senador Edison Lobão (PFL-MA), ela teria apenas salientado sua opinião de que os novos procuradores deveriam se submeter, durante um tempo maior, à Escola de Magistratura, para adquirirem mais experiência.

O nome do juiz pernambucano Francisco Falcão Neto, objeto de matéria publicada na revista *Veja* desta semana, gerou polêmica, mas foi aprovado por 59 senadores e rejeitado por 13, com uma abstenção. Segundo foi noticiado, o juiz, procurado por dois menores, gêmeos, supostamente seus filhos, teria requisitado intervenção policial para re-

tirar os adolescentes do Tribunal Regional Federal de Pernambuco. Além disso, em abril deste ano o juiz foi citado em representação judicial de paternidade. Para a senadora Emilia Fernandes (PDT-RS), o plenário deveria adiar sua decisão, mas requerimento que ela apresentou nesse sentido foi rejeitado.

O senador Carlos Wilson (PSDB-PE), relator do parecer favorável à indicação do juiz, reconheceu que Francisco Falcão Neto "não foi feliz" na sabatina a que o submeteu a CCJ, pois defendeu-se dizendo ser vítima de uma armadilha e acusando a procuradora Amanda Soares Figueiredo de ter problemas pessoais com ele. Ontem, relatou o senador, procurado pelo juiz, esteve com ele no gabinete do presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães, onde Francisco Falcão Neto entregou uma carta com a história de sua carreira e reafirmou que a questão levantada pela procuradora é pessoal, mesmo porque ele já reconheceu a paternidade de outro filho gerado fora do casamento e não se recusará a fazê-lo também em relação aos gêmeos, caso eles de fato sejam seus filhos.



Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional aprovou 13 acordos internacionais

Comissão vai debater proteção a testemunhas

Projeto de lei da Câmara que estabelece normas para organização e manutenção de programas especiais de proteção a vítimas e testemunhas ameaçadas será examinado hoje pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ). O relator da matéria, senador Romeu Tuma (PFL-SP), tem parecer favorável. Preside a reunião o senador José Agripino (PFL-RN).

Será também votado projeto do senador José Eduardo Dutra (PT-SE) que estabelece normas de acesso ao Sistema de Administração Financeira (Stafi). O senador Iris Rezende (PMDB-GO) é o relator da matéria e autor de um substitutivo. O senador Sérgio Machado (PSDB-CE) pediu vista do projeto.

CRE acolhe acordos sobre narcotráfico e drogas

A Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE), presidida pelo senador José Sarney (PMDB-AP), aprovou ontem 13 acordos internacionais. Dentre eles, destacam-se dois acordos celebrados com a Colômbia, abrangendo vários setores do combate ao narcotráfico. Um prevê a cooperação para o combate ao tráfico de aeronaves envolvidas em atividades ilícitas e outro trata do combate ao uso ilegal de substâncias químicas utilizadas na produção de drogas.

Também foi aprovado o texto da convenção interamericana contra fabricação e tráfico ilícito de armas de fogo, munições, explosivos e materiais correlatos. Ainda na área de armamento, foram aprovados os textos do Protocolo II sobre

proibição do uso de minas, armadilhas, armas cegantes a laser e outras consideradas excessivamente lesivas. Os usos pacíficos da energia nuclear igualmente foram aprovados mediante acordo de cooperação entre Brasil e Estados Unidos.

A criação da Agência Brasileira de Inteligência (Abin), parte integrante do Sistema Brasileiro de Inteligência, foi apreciada como item extrapauta e não foi votada devido a pedido de vista coletivo. O relator, senador Romeu Tuma (PFL-SP), propôs a criação no Congresso Nacional de um órgão de controle externo para a Abin, composto pelos líderes da maioria e da minoria e pelos presidentes das comissões de Relações Exteriores da Câmara dos Deputados e do Senado Federal.

Távola saúda radialista por 50 anos de carreira



Artur da Távola destaca trabalho de Haroldo de Andrade

Os 50 anos de rádio de Haroldo de Andrade foram lembrados ontem pelo senador Artur da Távola (PSDB-RJ), que registrou o equilíbrio, seriedade e competência de seu trabalho. Conforme o parlamentar, levar informação, debate, cultura e entretenimento à comunidade, com elevado teor de qualidade no uso do idioma, é serviço público relevante, e isso Haroldo de Andrade sempre fez.

“Saúdo os 50 anos de Haroldo de Andrade como quem saúda um homem de cultura, um literato”, declarou Artur da Távola, observando que alguém que permanece 50 anos à frente de um microfone e continua prestando, com talento, um inestimável serviço à comunidade merece admiração.

O senador reconheceu o baixo status cultural desfrutado pelo rádio, lembrando que, apesar disso, ele é um grande formador de padrões, sejam eles estéticos, informativos, de lazer ou relacionados com desportos. Para Távola, a simplicidade que permite ao rádio atingir vasto segmento da população faz dele um veículo indispensável de comunicação.

O senador reconheceu o baixo status cultural desfrutado pelo rádio, lembrando que, apesar disso, ele é um grande formador de padrões, sejam eles estéticos, informativos, de lazer ou relacionados com desportos. Para Távola, a simplicidade que permite ao rádio atingir vasto segmento da população faz dele um veículo indispensável de comunicação.

Emilia destaca congresso de engenharia



Emilia Fernandes elogiou o “exemplo de cidadania”

A senadora Emilia Fernandes (PDT-RS) registrou ontem como “do mais alto significado” o 3º Congresso Nacional de Profissionais de Engenharia, Arquitetura e Agronomia, realizado em Natal, no mês passado. Ela leu

a carta contendo os compromissos firmados por esses profissionais e manifestou sua solidariedade, reconhecimento e admiração pelo exemplo de cidadania por eles demonstrado.

Na carta tirada no encontro, o conselho denuncia que o povo brasileiro, especialmente nas últimas quatro décadas, “tem sido vítima de governos e governantes erráticos, descompromissados com o país e, como consequência, tem sido também vitimado pela postergação dos verdadeiros interesses nacionais, pela exclusão social e econômica e pela negação de seus direitos humanos e de cidadania”.

Andrade Vieira depõe na CPI dos Bancos

Com o depoimento do ex-dono do Banco Bamerindus, começa a investigação sobre o Proer, o programa criado pelo governo para fortalecer o sistema financeiro do país

O ex-dono do Banco Bamerindus, José Eduardo Andrade Vieira, será ouvido pela CPI do Sistema Financeiro a partir das 17h de hoje, quando apresentará sua versão sobre a operação que culminou com a venda do banco ao HSBC, dentro das normas do programa de reestruturação bancária (Proer).

Com esse depoimento, a comissão entra em nova fase, destinada a investigar por que o sistema financeiro do país ainda apresenta sinais de fragilidade, apesar de terem sido gastos R\$ 20,3 bilhões no fortalecimento dos bancos do país.

EXPECTATIVA

Conforme notícias publicadas ontem por alguns jornais, José Eduardo Andrade Vieira – ex-senador e ex-ministro da Agricultura – considera que a venda do Bamerindus ao banco inglês HSBC (Hong Kong and Shanghai Banking Corporation) “foi um negócio da China” para o grupo estrangeiro que comprou a instituição.

– Há realmente expectativa sobre o que Andrade Vieira pode dizer, por cau-



Andrade Vieira apresentará sua versão sobre a operação que culminou com a venda do banco ao HSBC

sa das notícias de que ele ameaça quebrar o silêncio – afirmou em entrevista à imprensa o senador Eduardo Siqueira Campos (PFL-TO), integrante da CPI.

Também em entrevista, o relator da CPI, senador João Alberto (PMDB-MA), lamentou que, até ontem, a comissão ainda não tivesse recebido documentos pedidos ao Banco Central sobre o Proer.

O depoimento do presidente do HSBC, Michael Francis Geoghegan, marcado inicialmente para amanhã, foi adiado para a próxima quarta-feira. A mudan-

João Alberto vai apresentar relatório parcial amanhã

O senador João Alberto Souza (PMDB-MA) afirmou à imprensa que pretende apresentar amanhã seu relatório parcial sobre a venda de dólares pelo Banco Central, a preços favorecidos, aos bancos Marka e FonteCindam, nos dias 14 e 15 de janeiro, antes da mudança da política cambial. Com isso, ele não usará informações provenientes da quebra de sigilo bancário e telefônico dos envolvidos, pois o trabalho ainda não ficou pronto.

O relator mantém a decisão de considerar a venda de dólares “ou nula, ou ilegal ou ilícita” e, assim, propor que os ex-diretores do BC e os dirigentes do Marka e do FonteCindam façam ressarcimento ao Banco Central pelo prejuízo. De

acordo com cálculos de alguns parlamentares, a venda dos dólares teria causado prejuízo ao BC de aproximadamente R\$ 1,5 bilhão. “Colocarei no meu relatório que não existia risco sistêmico de quebra do sistema financeiro caso não ocorressem as vendas ao Marka e ao FonteCindam, contrariando o que disseram à CPI diretores do Banco Central”, acrescentou João Alberto.

– A assessoria jurídica da CPI está analisando como devemos enquadrar as operações com o Marka e o FonteCindam. Elas não foram corretas e a CPI vai pedir o ressarcimento – disse ele.

As remessas de dinheiro para o exterior pelas chamadas contas CC-5 do Ban-

co Central (remessas de não residentes) “devem sofrer alguma mudança, para que o governo tenha maior controle sobre elas”, opinou na entrevista à imprensa o senador João Alberto.

BANCO CENTRAL

O presidente do Banco Central, Armínio Fraga, prometeu ontem a senadores da CPI do Sistema Financeiro, em reunião no BC, que até sexta-feira enviará informações completas sobre o programa de reestruturação bancária (Proer). Os senadores foram ao Banco Central pedir que seja acelerado o fornecimento de informações à CPI. Os dados sobre o Proer, por exemplo, foram solicitados há 20 dias.

Participaram do encontro o presidente, o vice e o relator da comissão de inquérito, senadores Bello Parga (PFL-MA), José Roberto Arruda (PSDB-DF) e João Alberto. O presidente do Banco Central prometeu ainda à CPI enviar até amanhã dados que completam a quebra de sigilo bancário das remessas para o exterior pelas contas CC-5 do BC. A comissão já recebeu a listagem, mas ficaram faltando os nomes das empresas ou pessoas que receberam o dinheiro em outros países.



João Alberto recusa explicação de “risco sistêmico” no caso Marka/FonteCindam

co Central (remessas de não residentes) “devem sofrer alguma mudança, para que o governo tenha maior controle sobre elas”, opinou na entrevista à imprensa o senador João Alberto.

Saturnino sugere fiscalização do Senado sobre BC

“O Banco Central é uma verdadeira caixa-preta. Não se abre para dar nenhuma satisfação à sociedade”, afirmou ontem o senador Roberto Saturnino (PSB-RJ), ao defender instrumentos de fiscalização da instituição e acrescentar que essa instância só pode ser o Senado. Ele se disse convicto de que o BC quis ajudar os bancos Marka e FonteCindam quando os favoreceu com a venda de dólares abaixo da cotação.

– É uma convicção pessoal. Não tenho provas, mas acho que alguém concordou com essas operações. E isso está se instalando na minha cabeça de forma definitiva. Estou absolutamente convencido de que essa operação foi mandada de escalões maiores – observou o parlamentar.

Saturnino entende que os dirigentes do BC que autorizaram a operação não o fizeram de vontade própria. Também afir-



Saturnino considera grave que BC possa ter prejuízos sem dar satisfações à sociedade

mou que a venda privilegiada de dólares não foi motivada por ato de corrupção. “Não creio nessa hipótese. Mas também a explicação do risco sistêmico não me

convence. Eles analisaram a operação, mas a ordem veio de cima”, afirmou.

Apontando um viés no comportamento dos dirigentes do BC, ele diagnosticou nesse problema a íntima convivência dos responsáveis pela instituição com o mercado financeiro. “Quase todos tiveram passagem pelo mercado”, observou, acrescentando que a ótica do BC é limitada e impede seus dirigentes de divisar os outros aspectos da sociedade.

Conforme Saturnino, o BC resiste a qualquer influência política, embora suas decisões sejam eminentemente de natureza política. Ele considerou grave que essa instituição possa ter prejuízos imensos, sem precisar dar nenhuma satisfação à sociedade. Para ele, a falta de transparência do BC facilita operações opacas. Daí por que o Senado teria que exercer a fiscalização da instituição.



Para Iris, fortalecimento das finanças dos municípios é uma exigência democrática

Iris defende democratização tributária

O sacrifício dos municípios e dos assalariados, a sonegação de impostos pelas grandes empresas e o encarecimento da produção estão entre os grandes males provocados pela atual estrutura tributária. O alerta foi feito ontem, em plenário, pelo senador Iris Rezende (PMDB-GO). O parlamentar lembrou as responsabilidades que o Senado terá de assumir em breve quando chegar à Casa o projeto de lei da reforma tributária que atualmente tramita na Câmara dos Deputados.

– Acima do grande número de questões específicas, deve pairar uma visão unificadora sobre a reforma: a de que ela deve se dar sob o signo da democratização. Isso significará o fortalecimento do pacto democrático, estendendo-o do campo político para o âmbito da economia – disse Iris.

O senador goiano pediu mudanças para que as pequenas empresas não sejam asfixiadas com impostos, enquanto bancos e grandes companhias se beneficiam de brechas na legislação para não cumprir com suas obrigações tributárias. De acordo com levantamento da Receita Federal, dos maiores pagadores da CPMF, em 1998, 48 jamais haviam declarado Imposto de Renda. Dos 66 maiores bancos, 28 não pagaram tributos. Metade das 530 maiores empresas do país se vale das normas legais para não recolher tributos.

Para Iris, o fortalecimento das finanças dos municípios é uma exigência democrática, e deverá contribuir para o restabelecimento do equilíbrio no pacto federativo. O senador chamou a atenção para a Carta Municipalista de Brasília, que, entre outros pontos, reivindica a compatibilização entre a estrutura tributária e as competências de cada nível de governo e a ampliação da base de transferência constitucional para os municípios, com definição dos critérios gerais de partilha de recursos na Constituição.

O senador Casildo Maldaner (PMDB-SC) sugeriu, em aparte, que o governo federal seja menos centralizador, deixando aos municípios a tarefa de administrar as questões mais urgentes para o dia-a-dia da população.

Ex-auditor do BC aponta fraudes em consórcio

Em depoimento à comissão de inquérito que investiga denúncias de irregularidades no Poder Judiciário, Antônio José Heitor mostra falsificação de documentos na administração da herança deixada por proprietário de empresa a seu filho

O ex-auditor do Banco Central (BC) Antônio José Heitor, em depoimento ontem à Comissão Parlamentar de Inquérito que investiga irregularidades no Poder Judiciário, apontou fraudes e falsificação de documentos na administração da herança deixada pelo proprietário do Consórcio Itapemirim, Washington Nominatto, a seu filho Luiz Gustavo. O depoente foi o relator de comissão de inquérito do BC que investigou as causas da liquidação do consórcio, em 1992, depois de quatro anos sob a administração da Vara de Órfãos e Sucessões, então a cargo do juiz Asdrúbal Vasquez Cruxên.

Para o depoente, a irregularidade mais notável que encontrou no processo foi o fato de o juiz ter aceitado documentos "espúrios, sem nenhum valor, como a pretensa apuração de haveres, eivada de erros". Segundo o ex-auditor, a documentação que apontava dívidas do consórcio, em que o juiz se baseou para autorizar a venda dos ativos do grupo de Nominatto para cobrir os débitos, não resistia a uma análise superficial.

As conclusões de José Heitor coincidem com o laudo do perito João

Ávila e com os resultados de inquérito do Ministério Público ratificando que os documentos contábeis constantes do processo têm origem duvidosa.

Entre as fraudes na contabilidade do Consórcio Itapemirim, José Heitor listou:

- despesas alheias ao consórcio como viagens ao exterior dos administradores judiciais e pagamento de confraternizações "regadas a uísque" foram incluídas na contabilidade;

- depósitos vultosos eram feitos na conta de um dos administradores para, mais tarde, prestar contas;

- despesas com impostos que faziam parte do espólio foram lançadas na contabilidade do consórcio;

- pagamento ilegal de honorários foi feito aos administradores, que já recebiam por meio da Justiça;

- venda de uma das empresas do grupo a um ex-sócio de Nominatto por Cr\$ 2 mil. Essa mesma empresa mais tarde lançou fatura de Cr\$ 2 milhões sobre o consórcio;

- retiradas foram feitas em nome de Nominatto mesmo depois de sua morte;

- uma locadora de veículos, empre-

sa do grupo de Nominatto, foi vendida por Cr\$ 75 milhões, mas apenas Cr\$ 4 milhões entraram no consórcio, em uma conta gerenciada pelo juiz;

- adiantamentos feitos a administradores eram devolvidos tempos depois, sem qualquer rendimento, apesar de realizados em épocas de "inflação galopante".

Sobre o episódio da venda do consórcio, o ex-auditor do BC narrou que os administradores judiciais, temerosos de ações movidas por pessoas na Bahia e em Minas Gerais e prevendo a liquidação da empresa, calcularam o passivo em Cr\$ 116 milhões e fizeram com que o comprador assumisse os passivos e eximisse os administradores e o juiz de qualquer responsabilidade. Além disso, foram pagos Cr\$ 20 milhões, a título de intermediação da venda, a Maria das Graças Martins Leão, que participou da administração da herança de Nominatto.

Segundo José Heitor, uma das pessoas que assinou laudos contábeis atestando débitos do consórcio, Nelmo Lincoln, não era habilitada para elaborar tais documentos. Por isso, continuou, as informações em que o juiz Asdrúbal Cruxên se baseou para autorizar a venda dos ativos são falsas.



O relator e o presidente da comissão, senadores Paulo Souto e Ramez Tebet, acompanham depoimento de Antonio José Heitor



CPI do Judiciário ouve procurador

A Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) que está apurando denúncias de irregularidades no Poder Judiciário ouvirá hoje o depoimento de João Bosco Sá Valente, procurador de Justiça do Amazonas. Ele falará sobre a concessão ilegal de alvarás de soltura para criminosos. Os alvarás estariam sendo vendidos por um esquema organizado. Na quinta-feira, deverão depor na CPI os juizes Moisés Szmer e Anna Britto da Rocha Acker, do Tribunal Regional do Trabalho do Rio de Janeiro. Falarão sobre irregularidades registradas naquela corte durante a gestão do juiz José Maria de Mello Porto. Logo após os depoimentos desta quarta-feira, a comissão realizará uma sessão administrativa em que deliberará sobre requerimentos já formalizados pelos seus integrantes.

Depoente quer ajudar a comprovar irregularidades

"Como carioca do Estácio, eu achava que conhecia toda malandragem possível, mas nunca tinha visto nada igual, nem no Coroa-Brastel." Assim o ex-auditor do Banco Central Antônio José Heitor classificou, a pedido do senador Jefferson Péres (PDT-AM), a administração judicial da herança de Washington Nominatto, ex-proprietário do Consórcio Itapemirim e de um grupo de empresas em Brasília.

José Heitor colocou-se à disposição da CPI "24 horas por dia" para ter a oportunidade de provar as conclusões a que chegou em seu relatório. Segundo ele, entre US\$ 15 milhões e US\$ 17 milhões em ativos do grupo foram vendidos durante a administração judicial. Ainda assim, na época da liquidação, o patrimônio líquido negativo do consórcio totalizava cerca de R\$ 4,5 milhões.

Graças a sua atuação no caso, o ex-auditor, que é advogado e perito judicial, disse que se tornou *persona non grata* no Tribunal de Justiça do Distrito Federal e só atua em Brasília nas varas federais. Afirmou que, além de prejudicado profissionalmente, também foi ameaçado.

Além de pedir ao relator que aceitasse a oferta de ajuda de José Heitor, o senador Pedro Simon (PMDB-RS) declarou que, se não fosse a CPI, esse caso também estaria "engavetado". Essa opinião

foi compartilhada pelo senador Carlos Wilson (PSDB-PE). "Todo esforço do depoente não deu em nada. Se não houvesse a CPI, com certeza esse assunto estaria morto e enterrado", afirmou.

Em resposta ao senador Gerson Camata (PMDB-ES), José Heitor disse acreditar que o juiz Asdrúbal Cruxên participou do esquema montado com auxílio dos três assistentes judiciais e não foi manipulado por eles. "O juiz fazia os alvarás para formalizar os fatos. É difícil para qualquer pessoa dizer que ele não participava, já que comparecia e ratificava os atos. A última vontade cabia a ele", completou.

O senador Maguito Vilela (PMDB-GO) classificou o caso como "o mais sério" apurado pela CPI, porque "roubaram de uma criança e uma mulher totalmente indefesas". Para o senador Djalma Bessa (PFL-BA), a CPI já chegou ao limite das investigações sobre esse caso e os crimes estão comprovados.

O relator da CPI, senador Paulo Souto (PFL-BA), disse que o processo foi feito de maneira propositalmente confusa, para impedir qualquer conclusão precisa.

Repetindo afirmação do senador Antonio Carlos Magalhães, autor do requerimento de criação da CPI, o ex-auditor disse querer acreditar que "a Justiça deve ser igual para todos".

CPI solicita à PF que ouça testemunhas nos estados

A Comissão Parlamentar de Inquérito que investiga irregularidades no Poder Judiciário aprovou ontem requerimentos do relator, senador Paulo Souto (PFL-BA), solicitando que a Polícia Federal nos estados tome depoimentos de uma série de testemunhas sobre os casos de irregularidades no Tribunal Regional do Trabalho (TRT) da Paraíba, no TRT do Rio de Janeiro, envolvendo o juiz José Maria de Mello Porto, e no Tribunal de Justiça (TJ) do Amazonas.

A venda de uma casa ao TRT paraibano na Praça da Independência, em João Pessoa, supostamente superfaturada, é o fato a ser investigado a partir das convocações pedidas por Souto. Devem depor na PF, na capital do estado, o antigo proprietário do imóvel, Antonio Almério Ferreira

Marra, funcionários da agência do Unibanco onde teriam sido depositados recursos oriundos da negociação, pessoas e empresas envolvidas na movimentação desses recursos, além do perito que avaliou o imóvel.

No caso da venda de alvarás no TJ do Amazonas, Souto quer que o diretor da penitenciária estadual, Antônio Chirc Neto, a oficiala de Justiça Evelise Andrade e a advogada responsável pelos processos que culminaram com a soltura de traficantes, Maria José Vasconcelos Menescal, sejam ouvidos em Manaus.

A juíza aposentada Ana Brito Rocha e um funcionário do TRT fluminense devem falar à Polícia Federal no Rio de Janeiro sobre irregularidades naquele tribunal. Para todos os depoimentos, Paulo Souto solicitou a presença de assessores da CPI.

Estevão esclarece ligações telefônicas de juiz do TRT-SP

Em ofício encaminhado à Comissão Parlamentar de Inquérito que investiga irregularidades no Poder Judiciário, o senador Luiz Estevão (PMDB-DF) esclareceu que, de acordo com lista fornecida pela Tele Centro-Oeste Celular, o ex-juiz Nicolau dos Santos Neto fez 25 ligações para celulares usados por ele e não 48, como divulgado pela imprensa. Dessas ligações, afirma o documento lido pelo presidente da CPI, senador Ramez Tebet (PMDB-MS), 22 duraram apenas segundos.

Estevão também encaminhou à co-

missão cópia de declaração do Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios, elaborada a pedido seu, atestando que o senador intermediou a inclusão de verbas de interesse da Justiça do DF no Orçamento da União.

Com o ofício, o senador defende-se de supostas ligações entre ele e o ex-presidente do Tribunal Regional do Trabalho de São Paulo e a Incal Incorporações, responsáveis pela construção do fórum de primeira instância do tribunal, sobre a qual pairam suspeitas de superfaturamento e desvio de recursos públicos.



Luiz Estevão

Projeto proíbe aparência como critério de emprego

Está tramitando na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), para decisão terminativa, projeto de autoria do senador Geraldo Cândido (PT-RJ) que propõe a proibição da expressão "boa aparência" ou similares na veiculação de anúncios visando ao concurso e seleção de pessoal para admissão em emprego. A matéria tem como relator o senador Antonio Carlos Valadares (PSB-SE).

De acordo com o projeto, a proibição aplica-se às empresas públicas, de economia mista, empresas privadas, firmas individuais, entidades beneficentes, fundações e pessoas físicas que determinem a publicação dos anúncios. Também será obrigatório constar dos anúncios o número de vagas disponíveis para cada função, assim como todas as qualificações exigidas para o preenchimento dos postos de trabalho.

Quem não obedecer ao que determina a lei terá que pagar multa, cobrada em dobro no caso de reincidência. O Poder Executivo determinará o valor e o órgão aplicador das multas, que deverão ser revertidas para o Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT).

— A sociedade tem assistido a inúmeros casos de discriminação nos processos de admissão no emprego, baseados em critérios preconceituosos como o da exigência de "boa aparência". Isso fere o princípio constitucional da igualdade — justificou Geraldo Cândido.

O senador acrescentou que o critério da "boa aparência" para admissão em emprego representa um conceito abrangente e subjetivo, que pode excluir tanto pessoas com problemas de manchas na pele como as que estejam acima do peso. Ele disse que a exigência também é usada para excluir pessoas de outras etnias, como os descendentes de africanos.

Althoff quer limitar criação de municípios



O senador Geraldo Althoff (PFL-SC) apresentou proposta de emenda à Constituição para limitar a criação de municípios no país. Esse é o tema da entrevista à TV Senado, que vai ao ar hoje, às 8h30, 12h30 e 20h30.

O senador explica que, desde a promulgação da Constituição, mais de 1.500 municípios foram criados. Segundo ele, isso significa um crescimento de 25%, e a maioria não tem condições de se manter.

Althoff prevê uma tramitação longa e difícil para a proposta, que precisa ser aprovada em dois turnos na Câmara e no Senado. Mas está tranquilo.

— Não sou dono da verdade e admito mudanças no texto. A proposta polemiza, mas vai beneficiar o país, os estados e a comunidade — disse ele.

Substitutivo altera normas da CLT sobre férias de trabalhador

Empregado que deixar empresa antes de um ano de trabalho passará a ter direito à remuneração do período incompleto. Matéria ainda será apreciada pelo plenário

O empregado regido pela Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) terá direito à remuneração relativa ao período incompleto de férias, ao deixar um emprego, ainda que sem completar um ano de trabalho na empresa, desde que não tenha sido demitido por justa causa. Essa remuneração será feita na proporção de 1/12 avos por mês de serviço ou fração superior a catorze dias, conforme estabelece substitutivo acolhido ontem pela Comissão de Assuntos Econômicos (CAE). A matéria ainda será votada pelo plenário.

De acordo com o substitutivo aprovado pela CAE, que foi elaborado pela Comissão de Assuntos Sociais (CAS),



Substitutivo de José Eduardo Dutra foi acolhido pela Comissão de Assuntos Econômicos

não será considerada falta ao serviço, para efeito de concessão de férias, a ausência "autorizada por norma legal

que conceda ao empregado o direito de não sofrer qualquer desconto em sua remuneração ou salário, em decorrência da mesma ausência".

O substitutivo estabelece ainda que o período de férias superior a 20 dias poderá ser desdobrado em até três partes, mediante acordo escrito, individual ou coletivo. Prevê também que, no caso de decisão unilateral do empregador, somente em casos excepcionais as férias poderão ser concedidas em dois períodos, um dos quais não poderá ser inferior a dez dias corridos.

Se não houver acordo escrito, individual ou coletivo que regule a matéria de forma diversa, as férias serão con-

cedidas por ato do empregador em um só período, nos seis meses — e não mais nos doze, como previsto no texto em vigor — subsequentes à data em que o empregado tiver adquirido o direito.

O substitutivo da CAS foi elaborado a partir de um projeto de lei da deputada Rita Camata (PMDB-ES), já aprovado na Câmara. Com a aprovação desse substitutivo, os senadores da CAE rejeitaram o parecer do senador Bello Parga (PFL-MA), que não acolhia o texto da CAS em sua integralidade. Imediatamente após rejeitarem o parecer, eles aprovaram o parecer do relator do vencido, senador José Eduardo Dutra (PT-SE).

Piauí terá crédito para sanear banco

A Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), presidida pelo senador Ney Suassuna (PMDB-PB), aprovou ontem parecer favorável à abertura de crédito entre a União e o Piauí, no valor de R\$ 112,49 milhões, destinados ao saneamento do Banco do Estado do Piauí (BEP).

O senador Lúcio Alcântara (PSDB-CE), relator da matéria, disse que com o saneamento do banco estadual será possível a transferência de seu controle acionário para a União. Em resposta ao senador Luiz Otávio (PPB-PA), Alcântara explicou que a

federalização do banco abre duas possibilidades: a privatização da instituição ou, se não houver quem a compre, sua liquidação pelo Banco Central.

A operação de crédito aprovada pela CAE faz parte do Programa de Incentivo à Redução do Setor Público Estadual na Atividade Bancária, promovido pelo governo.

Na mesma reunião, foi também aprovado parecer favorável à contratação de crédito pela prefeitura de Itajubá (MG), no valor de R\$ 1,86 milhão, que serão aplicados em

obras de infra-estrutura urbana, dentro do Programa de Saneamento Ambiental, Organização e Modernização dos Municípios.

Os recursos destinados a Itajubá serão administrados pelo Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais. Segundo o senador José Roberto Arruda (PSDB-DF), relator da matéria, os recursos serão aplicados em obras de infra-estrutura, saneamento básico da periferia e calçamento.

As duas matérias apreciadas ontem pela comissão ainda serão submetidas ao plenário do Senado.

Comissão aceita mudança na Resolução nº 78

A CAE também aprovou ontem parecer do senador Luiz Estevão (PMDB-DF) favorável a projeto do senador Roberto Saturnino (PSB-RJ) que faz uma pequena modificação na Resolução nº 78, que dispõe sobre operações de crédito interno e externo dos estados, municípios e do Distrito Federal, suas respectivas autarquias e fundações, inclusive concessão de garantias, seus limites e condições de autorização.

A proposta de Saturnino acrescenta a palavra "pagamentos" ao item

quarto do art. 2 da Resolução nº 78. Com essa alteração, o senador estabelece que serão considerados financiamentos de empréstimo os adiantamentos contratuais que elevem valores ou modifiquem prazos de pagamentos. Para Saturnino, essa alteração impedirá que ocorram atrasos na execução das obras públicas devido a atrasos de desembolso.

O presidente da CAE, Ney Suassuna (PMDB-PB), marcou para hoje, após a Ordem do Dia no plenário, a reunião conjunta com a Comissão de

Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), presidida pelo senador José Agripino (PFL-RN), para a discussão e votação da matéria sobre a alteração da Resolução nº 78 na parte que trata do pagamento dos precatórios judiciais.

As duas comissões vão examinar o substitutivo do senador José Fogaça (PMDB-RS), que surgiu como alternativa para o projeto de resolução de Francelino Pereira (PFL-MG) e do voto em separado de Roberto Requião (PMDB-PR).

Paraná receberá recursos para construção de moradias

Parecer favorável do senador Paulo Souto (PFL-BA) ao projeto do senador Osmar Dias (PSDB-PR) que autoriza o estado do Paraná a realizar operação de crédito junto à CEF, no valor de R\$34.703.918,50, foi aprovado ontem pela Comissão de Assuntos Econômicos. Os recursos serão aplicados no programa habitacional Pró-Moradia e no programa de finan-

ciamento individual através de carta de crédito — Pró-Cred. A proposta, que será agora analisada pelo plenário do Senado, corrige erro provocado pela Caixa Econômica Federal.

Segundo informou o relator, a Caixa Econômica, nos termos da Resolução nº 69, de 1995, do Senado Federal, englobou os montantes pretendidos pelo estado do Paraná como se

fossem relativos integralmente ao Pró-Moradia, deixando de destacar que uma parcela de R\$ 3.999.665,50 seria destinada ao Pró-Cred. Em consequência, este último programa social ficou sem recursos.

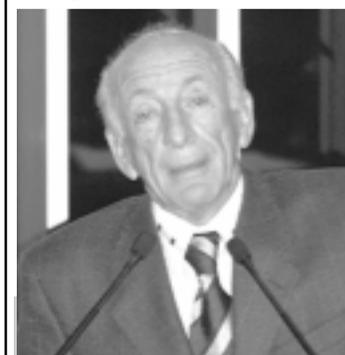
Na mesma ocasião, a CAE aprovou parecer favorável do senador Ramez Tebet (PMDB-MS) ao projeto da Câmara que inclui na composição das juntas comerciais, como vogal, um representante da categoria dos administradores. Atualmente, fazem parte das juntas representantes de advogados, economistas e contadores.

CAE aprova restrição a uso de chumbo em embalagens

O uso industrial de embalagens metálicas soldadas com liga de chumbo e estanho para acondicionamento de gêneros alimentícios pode estar com os dias contados. É que a Comissão de Assuntos Econômicos do Senado aprovou parecer favorável do senador Lauro Campos (PT-DF) a projeto que proíbe o uso industrial desses produtos em embalagens. As fábricas terão dois anos para se adaptar à nova norma. O projeto vai a plenário.

Segundo o senador, as soldas constituídas de ligas de chumbo e estanho, quando em contato com a água, liberam toxinas prejudiciais à saúde. Para Lauro Campos, a proposta é relevante pelo seu alcance sanitário. Quanto aos aspectos econômico e financeiro, ele lembra que grande parte das indústrias já usa a técnica de costura eletrônica.

O projeto foi apresentado em 1989 pelo então senador Márcio Lacerda. Na época, além de prever a soldagem eletrônica, a proposição determinava a impressão no rótulo do número do lote, data de fabricação do alimento e validade do produto.



Lauro Campos aponta alcance sanitário do projeto sobre embalagens

Dívida da Guiné junto ao país poderá ser refinanciada

A Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) aprovou parecer que autoriza a União a celebrar contrato de reescalonamento de seus créditos, no valor de US\$ 11,326 milhões, junto à República da Guiné. O parecer, do senador José Alencar (PMDB-MG) e lido pelo senador Ramez Tebet (PMDB-MS), ainda será submetido ao plenário.

A solicitação para o reescalonamento da dívida da Guiné foi feita ao Senado pelo presidente da República. O assunto, segundo o relator da matéria, foi objeto de negociação que remonta a 1997. O contrato é um desdobramento da ata assinada nesta data no Clube de Paris e resulta de um acordo entre os dois países concluído em outubro do ano passado.

O relator explicou que o crédito do Brasil junto à Guiné é proveniente de operações realizadas dentro do extinto Fundo de Financiamento à Exportação (Finex), atual Programa de Financiamento às Exportações (Proex).

— O contrato de reescalonamento de débitos da República da Guiné dá

prosseguimento à política brasileira de proceder a esforços de recuperação de créditos com o apoio do Clube de Paris. No presente caso, o contrato de refinanciamento incorpora um conjunto de débitos pendentes de pagamento desde meados da década passada. Sua reestruturação reforça a possibilidade de recuperação de créditos pendentes, pelo poder de pressão do Clube de Paris — afirma José Alencar em seu parecer.

Pelo acordo de reescalonamento, observou o relator, não haverá redução da dívida daquele país por meio de cancelamento do principal. De acordo com as informações enviadas ao Senado para examinar a operação, a República da Guiné é um dos países mais pobres da África. Com uma população de 6,8 milhões de habitantes, a expectativa de vida é considerada extremamente baixa, de apenas 44 anos, e a taxa de mortalidade infantil é alta, de 128 crianças para cada mil nascidas. A taxa de analfabetismo atinge 64% da população adulta.

Simon quer explicações sobre venda de plataformas de petróleo

O ministro de Minas e Energia e o presidente da Petrobras poderão ser convidados pela Comissão de Assuntos Econômicos do Senado a darem maiores explicações sobre a possível venda, a empresas estrangeiras, de plataformas de petróleo que operam em alto mar. A proposta de ouvi-los é do senador Pedro Simon (PMDB-RS), que se mostrou surpreso com as informações nesse sentido. O requerimento deverá ser votado nos próximos dias.

— É de fundamental importância saber as razões pelas quais a Petrobras não tem mais interesse em continuar operando em plataformas que exploram o petróleo em águas profundas — afirmou Simon, estranhando que a empresa venha a se desfazer de uma tecnologia inédita em todo o mundo.

Ele quer saber qual a reserva de petróleo em águas profundas, o preço sobre a possível venda dessas reservas e os motivos que podem levar o governo a delas se desfazer.



Simon procura entender desinteresse do governo em explorar reservas

PROGRAMAÇÃO

TV SENADO

HOJE

7h — Saúde Toda Dia — Atividade: Tai chi chuan
7h30 — Especial Unip — Assunto: Pressão alta — 1ª parte
7h55 — Senado em Pauta
8h — Jornal do Senado
8h30 — Entrevista — O senador Geraldo Althoff fala sobre emenda constitucional de sua autoria que limita a criação de municípios
8h55 — Senado em Pauta
9h — Agenda Econômica — O programa desta semana fala sobre balança comercial
10h — Cares do Brasil — Em destaque: Campina Grande
10h30 — Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (ao vivo)
12h30 — Entrevista — O senador Geraldo Althoff fala sobre proposta de emenda constitucional de sua autoria que limita a criação de municípios
13h — Cares do Brasil — Em destaque: Campina Grande
13h30 — Agenda Econômica — O programa desta semana fala sobre balança comercial
14h30 — Sessão Plenária (ao vivo)
Logo após, assista à reunião da CPI dos Bancos
20h30 — Entrevista — O senador Geraldo Althoff fala

sobre proposta de emenda constitucional de sua autoria que limita a criação de municípios
21h — Jornal do Senado
21h15 — Agenda Econômica — O programa desta semana fala sobre balança comercial
21h55 — Senado em Pauta
22h — Sessão Plenária (reapresentação)

RÁDIO SENADO

HOJE

8h — Agenda Senado
10h30 — Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (ao vivo)
14h30 — Sessão Plenária (ao vivo)
Em seguida — Música e informação
19h — “A Voz do Brasil”
20h30 — “Senado em Linha Direta — Edição Nordeste”
21h — “Senado em Linha Direta — Edição Norte/Centro-Oeste”
21h30 — “Senado em Linha Direta — Edição Sul/Sudeste”
0h — Sessão Plenária (reprise)
Em seguida — Música e informação

CAE aprova política nacional de turismo

Projeto aprovado pela comissão tem como objetivo incrementar um setor da economia em que o Brasil ocupa lugar bastante modesto

O Brasil deverá ter, em breve, uma política nacional de turismo. É que a Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) aprovou ontem parecer favorável ao projeto do Executivo que institui normas destinadas a incentivar e promover o turismo, como fator de desenvolvimento social do país. Segundo o senador Ney Suassuna (PMDB-PB), relator da matéria, a iniciativa irá aumentar a oferta de empregos, estimular a vinda de turistas estrangeiros e incrementar a competitividade do setor, entre outros benefícios.

Pelo projeto, que agora vai ao plenário do Senado, caberá à Embratur criar o Comitê Superior de Turismo (CST), órgão máximo de representação do Sistema Nacional de Turismo, que terá também a participação de estados e municípios, mediante adesão voluntária.

Aumentar os fluxos turísticos, a taxa de permanência dos turistas estrangeiros no país e o seu gasto médio, mediante maior divulgação do Brasil no exterior, é outra preocupação da política nacional de tu-



A Comissão de Assuntos Econômicos considerou prejudicado projeto que trata de bingo

rismo. Esta, de acordo com o projeto, será responsável pela criação de pólos turísticos, pelo estímulo ao aproveitamento turístico dos recursos naturais e culturais e pela democratização do acesso ao turismo nacional, garantindo-o a pessoas de menor poder aquisitivo.

O Brasil ocupa o 39º lugar mundial no setor turístico, conforme recente estatística da Organização Mundial de Turismo (OMT). Suassuna lembrou que, em 98, o Brasil atraiu 3,13 milhões de estrangeiros, gerando US\$ 2,77 bilhões de receita, ou seja, o mesmo que a Croácia. Os

senadores Luiz Estevão (PMDB-DF), José Fogaça (PMDB-RS), Ramez Tebet (PMDB-MS) e Roberto Saturnino (PSB-RJ) elogiaram o parecer do relator.

BINGO

Na mesma reunião, a CAE considerou prejudicado o projeto que trata do jogo de bingo, por entender que o assunto já está disciplinado pela Lei Pelé. O senador Lúcio Alcântara (PSDB-CE) solicitou ao Executivo o envio, ao Congresso, de uma nova proposta que corrija as inadequações da Lei Pelé, que tem, na avaliação do senador, “pontos inconvenientes”.

Suassuna defende urgência para projeto

O projeto de lei complementar aprovado ontem pela Comissão de Assuntos Econômicos instituindo a política nacional de turismo deve ter tramitação urgente. A sugestão é do relator do projeto, senador Ney Suassuna (PMDB-PB), lembrando que, nesse setor, o Brasil “possui extraordinário potencial, inclusive em alternativas de geração de empregos”. Para o senador, o momento é oportuno para se incentivar o turismo, uma vez que, apesar de as mudanças cambiais terem atraído turistas ao Brasil, “o país ainda exibe um péssimo desempenho no setor”.

— Enquanto a Argentina apareceu no ano passado em 28º lugar no ranking mundial em número de visitantes, o Brasil ocupa a 39ª colocação, numa lista de 40 países. Em termos de receita, faturamos menos de US\$ 3 bilhões, o mesmo que a Croácia. Não funciona em nosso país a parceria entre poder público e a iniciativa privada para o desenvolvimento do turismo, que poderia tornar-se uma fonte de renda poderosa — analisou Suassuna.

O senador paraibano disse que faltam ações estratégicas para melhorar a qualidade dos serviços oferecidos ao turista. Ele defendeu uma postura agressiva do governo para que o país tenha receita turística mais próxima dos US\$ 75 bilhões anuais arrecadados com a atividade nos Estados Unidos.

— Não é por falta de atrativos. Aqui os temos em demasia: praias nordestinas edênicas, parques nacionais espetacula-



Suassuna sugere parceria entre os setores público e privado para desenvolver o turismo

res, gastronomia típica e variada, paisagens grandiosas. Entretanto, estamos longe de saber aproveitar esse potencial. Não temos ações eficazes e duradouras, nem estatísticas confiáveis sobre o assunto — lamentou.

O pronunciamento de Suassuna provocou debate entre os senadores. Para Ramez Tebet (PMDB-MS), todas as regiões do Brasil têm condições de atrair turistas. Ele lamentou que os incentivos oficiais se direcionem quase que exclusivamente ao Rio de Janeiro e ao Nordeste. “Há uma nova forma de turismo hoje, o ecoturismo, que outros estados do Brasil também oferecem”, salientou.

O senador Gilberto Mestrinho (PMDB-AM) também lamentou a falta de uma política governamental para o setor. Se-

gundo o senador, o governo privilegia a ação de grupos ecológicos, classificados por Mestrinho como “gícolôs da ecologia”, em detrimento do incentivo à atividade turística na região amazônica.

Heloísa Helena (PT-AL) ressaltou o potencial atrativo da região Nordeste. No entanto, frisou, esta vocação somente se concretizará se a região for dotada de infra-estrutura. “Qualificação de mão-de-obra, água, saneamento básico, energia e estradas são fundamentais para garantir o turismo na região”, opinou a senadora.

O senador Maguito Vilela (PMDB-GO) enumerou as potencialidades de seu estado, principalmente no que se refere ao turismo ecológico. Já o senador Romeu Tuma (PFL-SP) destacou que o desenvolvimento sério do turismo pode gerar uma “grande frente de trabalho” para o Brasil. O senador Roberto Requião (PMDB-PR) também ressaltou as vocações turísticas do país. “O potencial é extraordinário, pela extensão de nossas costas, pelas belezas naturais.”

O senador Roberto Saturnino (PSB-RJ) comemorou a possibilidade de o país vir a ter uma política nacional de turismo e ressaltou que deve ser explorado, como grande atrativo, o patrimônio cultural brasileiro.

— Há um grande veio que é o turismo cultural. O patrimônio histórico, a nossa música, nossa arte formam um acervo da civilização brasileira ainda não explorado — sugeriu o senador fluminense.

Estevão exalta preocupação com segurança no DF

Referindo-se ao discurso em que a senadora Marina Silva (PT-AC) cobrou providências sobre o assassinato de um menor nas dependências do Cajé (Centro de Atendimento Juvenil Especializado), o senador Luiz Estevão (PMDB-DF) disse que, desde que assumiu, o governador Joaquim Roriz tomou providências para evitar desgraças como essa.

Ele informou que foi exatamente para conter a violência no Distrito Federal que o governador Joaquim Roriz,



Estevão vê prisões como universidades do crime

antes de tomar posse, convidou para assumir a Secretaria de Segurança Pública o advogado Paulo Castelo Branco, que presidia a Comissão de Direitos Humanos da Ordem dos Advogados do Brasil. O senador lembrou que a própria

Marina Silva reconheceu que o governo anterior, conduzido pelo PT, também enfrentou problemas semelhantes com o Cajé.

Segundo Luiz Estevão, o governador se preocupa com a segurança pública, tanto que também substituiu o responsável pela administração do Cajé. Lembrou ainda que, há um mês, falava em plenário do risco de reduzir-se de 18 para 16 anos a inimputabilidade do menor no Brasil. O senador observou que as instituições prisionais que abrigam esses menores funcionam como verdadeiras universidades do crime.

Paulo Renato deve falar à CE neste mês

O ministro da Educação, Paulo Renato, deverá falar à Comissão de Educação (CE), ainda neste mês, sobre o Fundo de Valorização do Ensino Fundamental (Fundef) e sobre a política do governo para radiodifusão com fins exclusivamente educativos. A audiência com Paulo Renato estava prevista para ontem, mas devido à extensa pauta do Senado, com reuniões de comissões temáticas e da CPI do Judiciário, acabou sendo adiada. A decisão foi tomada pelo presidente da CE, senador Freitas Neto (PFL-PI), em acordo com o ministro.

Os senadores ouvirão também o diretor do Fundo de Fortalecimento das Escolas (Fundescola), Emílio Marques. Ele trará à comissão conclusões sobre a distribuição das escolas nas regiões Norte e Centro-Oeste.

Quintanilha destaca avanços "notáveis" na biotecnologia

Ao abrir seminário sobre clonagem e produtos transgênicos, o senador lembrou progressos "incalculáveis" obtidos pelo setor

Ao abrir ontem, no Senado, o seminário "Clonagem e Transgênicos: impactos e perspectivas", o senador Leomar Quintanilha (PPB-TO) destacou os "avanços notáveis" alcançados na área de biotecnologia. O seminário, promovido pela Comissão de Assuntos Sociais (CAS), está sendo realizado no Auditório Petrônio Portella e termina amanhã. Participaram da solenidade de abertura o vice-presidente da República, Marco Maciel, os ministros da Agricultura, Francisco Turra, e da Ciência e Tecnologia, Bresser Pereira, o presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), ministro Carlos Velloso, e o vice-reitor da Universidade de Brasília, Timothy Mulholland.

Autor do requerimento para a realização do seminário, Quintanilha lembrou que o símbolo da grande conquista transgênica – a ovelha Dolly, primeiro mamífero clonado no mundo – já nasceu envelhecida, arrefecendo o mérito da conquista. Mas, se Dolly envelheceu, isso não pode obscurecer os progressos "incalculáveis" obtidos no setor, disse o senador.

O presidente da CAS, senador Osmar

Sementes alteradas provocam polêmica

No primeiro dia do seminário "Clonagem e Transgênicos: impactos e perspectivas", estabeleceu-se uma polêmica com relação à necessidade ou não de um estudo maior sobre as sementes alteradas geneticamente. A questão dos transgênicos ocupou a maior parte dos debates nos três grupos de trabalho que se reuniram à tarde.

No grupo de trabalho que ficou com a responsabilidade de estudar o tema "Biotecnologia x Meio Ambiente", o diretor do Programa Nacional de Biodiversidade e Recursos Genéticos do Ministério do Meio Ambiente, Bráulio Dias, defendeu a necessidade de uma maior cautela na introdução do uso das sementes alteradas geneticamente. Ele justificou que, dessa forma, evitar-se-ão prejuízos ao meio ambiente, sobretudo danos irreversíveis.

Já a engenheira agrônoma e pesquisadora da Embrapa, Eliana Gouveia Fontes, cobrou a liberação de mais verbas para que os estudos sobre os transgênicos possam ser viabilizados e intensificados. Ela também condicionou a necessidade de uma melhor distribuição de renda e uma



A solenidade de abertura do evento contou com a participação do vice-presidente Marco Maciel

Dias (PSDB-PR), lembrou que os países em desenvolvimento precisam aumentar em 3% ao ano sua produção de alimentos, para nutrir cerca de 830 milhões de pessoas que não consomem o mínimo diário de calorias necessárias.

Osmar Dias parabenizou Quintanilha pela realização do evento e levantou quatro questões que, em sua opinião, têm de ser respondidas antes da utilização de produtos transgênicos. Para ele, é preciso antes saber se o produto causa danos à saúde, se é prejudicial ao meio ambiente ou se provoca erosão genética, com a transfiguração das caracterís-

menor desigualdade social para que algumas regiões do Brasil possam alcançar o desenvolvimento sustentável.

Um dos debatedores do tema "Biotecnologia: Educação, Ciência e Tecnologia", Paula Strah, do Centro de Desenvolvimento Sustentado da Universidade de Brasília, opinou que o debate sobre as sementes alteradas geneticamente deve ser colocado como meio de desenvolvimento e não como um fim em si mesmo. Ela sugeriu que a questão dos transgênicos não fosse tratada como um fato consumado.

No mesmo grupo de trabalho, o jornalista e ex-secretário de Ciência e Tecnologia do Distrito Federal Washington Novaes afirmou que considera indispensável que o debate sobre os transgênicos chegue à sociedade. Para isso, ele sugeriu que o governo utilize a rede pública de emissoras de televisão. Ao final de sua intervenção, Novaes disse não ser contra nem a favor dos produtos geneticamente alterados, mas completou que a cautela seria a posição mais adequada para o momento.

Falando em nome da Organização das Cooperativas Brasileiras, Ivo Carraro dis-

tingiu originais da planta ou do animal, e ainda se há interesse comercial para o uso do produto no Brasil.

Representando o presidente Fernando Henrique Cardoso, o vice-presidente da República lembrou o papa João Paulo II, para quem "toda tecnologia deve corresponder a uma ética e toda ciência deve corresponder a uma consciência". Para Maciel, o sumo pontífice quis dizer que "não é fácil, mas é possível compatibilizar o progresso científico com demandas que não são apenas morais, mas também envolvem questões religiosas".

O ministro da Ciência e Tecnologia narrou problemas enfrentados por outros países com relação a produtos transgênicos.

BIOTECNOLOGIA

A parte da manhã foi dedicada à biotecnologia no Brasil e no mundo. O presidente da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa), Alberto Duque Portugal, afirmou que esse segmento da ciência é fundamental para os negócios agrícolas no Brasil.

Portugal disse que, ao contrário da produção de veículos automotores, o Brasil é competitivo em produtos de genética tropical. Ele defendeu o direito de escolha do consumidor, a partir da identificação dos produtos transgênicos no rótulo de sua embalagem, e chamou a atenção para a forte concentração na área produtiva: apenas cinco empresas produzem 93% das sementes de milho no Brasil.

se que os agricultores não podem perder competitividade, sob pena de ficarem defasados tecnologicamente. Ele explicou que, apesar de defender o plantio da soja transgênica, não concorda que todas as culturas sejam liberadas para ter suas sementes geneticamente alteradas.

O seminário "Clonagem e Transgênicos: impactos e perspectivas" prossegue hoje, com a realização de mesas-redondas pela manhã, reuniões de grupos de trabalho e um debate à tarde. Logo cedo, às 9 horas, a senadora Marina Silva (PT-AC) coordenará a mesa-redonda "A regulamentação da biotecnologia no Brasil". Em seguida, o senador Lúcio Alcântara (PSDB-CE) dirige os debates sobre o tema "Bioética e biossegurança: limites e interfaces".

À tarde, começando às 14h30, os participantes do seminário se dividirão em três grupos de trabalho para debater os seguintes temas: "Biotecnologia x Saúde, Biotecnologia e legislação e Bioética". Às 17 horas haverá uma reunião de sistematização, seguida por um debate, previsto para começar às 17h30, sobre o tema "Clonagem e transgênicos: riscos e benefícios".

Brasil subvaloriza biodiversidade, diz Eduardo

Ao abrir a reunião do grupo de trabalho responsável pelo tema "Biotecnologia: Educação, Ciência e Tecnologia", na tarde de ontem, dentro da programação do seminário "Clonagem e Transgênicos: impactos e perspectivas", o senador Eduardo Siqueira Campos (PEL-TO) destacou a importância do evento, promovido pela Comissão de Assuntos Sociais (CAS) do Senado, para subsidiar o trabalho dos senadores na discussão e elaboração de leis sobre o tema.

Eduardo Siqueira Campos destacou o apelo feito pelo senador Leomar Quintanilha (PPB-TO) no sentido de que os parlamentares não apresentassem projetos sobre transgênicos e clonagem até que a matéria pudesse ser debatida com a sociedade. Quintanilha foi o autor do requerimento à CAS solicitando a realização do seminário.

Quanto ao tema do grupo de trabalho sob sua presidência, Eduardo Siqueira Campos lamentou o fato de o Brasil subvalorizar a sua biodiversidade e não utilizar este patrimônio como argumento nas negociações internacionais.

Rocha é eleito senador médico de 98

O senador Sebastião Rocha (PDT-AP) foi eleito na noite de segunda-feira o senador médico do ano de 1998 pela Sociedade de Medicina e Cirurgia do Rio de Janeiro, a mais antiga instituição médica do Brasil, criada em 1886. A escolha de Rocha deveu-se ao papel de destaque obtido pelo parlamentar como relator do projeto de lei dos planos de saúde.

"Fiquei muito honrado com esse título", disse ontem o senador. Rocha considerou muito proveitoso o trabalho como relator do projeto dos planos de saúde, aprovado pelo



Rocha foi relator do projeto dos planos de saúde

Senado. "Conseguimos estabelecer a obrigatoriedade para os tratamentos de Aids e câncer, além dos transplantes de córnea e rins", lembrou o senador pelo Amapá. Anteriormente, Rocha havia sido relator do projeto de lei que mudou o sistema de tratamento psiquiátrico.